



SAAM Towage Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 05.436.047/0001-16



de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam a entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs. (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i) (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. Não se espera que a alteração tenha impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da SAAM. Não há outras normas contábeis CPC ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da SAAM. 4 **Resumo das políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. a. **Receita operacional: (i) Prestação de serviços:** As receitas da Companhia estão basicamente ligadas a execução de serviços de apoio portuário (atração e desatração de navios), apoio marítimo e afretamento de rebocadores em contratos firmados por períodos previamente definidos. A receita da prestação de serviço no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita descreve a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes, em troca de um valor que reflete a contraprestação a que se espera ter direito na troca desses bens ou serviços. O rendimento é reconhecido seguindo as orientações estabelecidas pela IFRS 15, que considera os seguintes passos: - Etapa 1: identificar o contrato com o cliente. - Etapa 2: identificar as obrigações de desempenho do contrato. - Etapa 3: determinar o preço da transação. - Etapa 4: alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato. - Estágio 5: reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade satisfaz uma obrigação de desempenho. As receitas são as entradas brutas de benefícios econômicos das atividades ordinárias durante um período, desde que provoque um aumento no capital próprio, que não esteja relacionado com as contribuições dos acionistas. A receita é reconhecida pelo valor justo quando é provável que o benefício econômico associado a uma transação fluirá para a empresa e o valor da receita possa ser mensurado com segurança. As receitas ordinárias associadas à prestação de serviços são reconhecidas considerando o grau de acabamento da prestação do respectivo serviço à data das demonstrações financeiras, desde que o resultado da transação possa ser estimado com fiabilidade, seja provável que a empresa receba os benefícios econômicos decorrentes da transação, que o grau de conclusão da transação, à data do balanço, pode ser avaliado com confiabilidade e que os custos já incorridos na provisão, bem como aqueles que permanecem por incorrer até à sua conclusão, pode ser avaliado de forma confiável. b. **Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as variações cambiais ativas e as receitas de juros sobre aplicações financeiras, enquanto as despesas compreendem os juros sobre empréstimos, multas, descontos financeiros e variações cambiais. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. As receitas e as despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. c. **Moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são, para fins dessas demonstrações financeiras, aquelas realizadas na moeda diferente da moeda funcional (dólar norte-americano). Os valores registrados na moeda local (Real) são convertidos para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado como variações monetárias e cambiais líquidas. d. **Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, de acordo com a natureza do serviço prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado, caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante, em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. e. **Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):** O imposto de renda e a contribuição social do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 por ano de imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social é limitada a 30% do lucro real. As despesas com o imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto se relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. As despesas de imposto de renda e contribuição social corrente são calculadas de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil, na data da apresentação das demonstrações financeiras. Periodicamente a administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão, quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. f. **Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, e inclui basicamente os gastos incorridos na aquisição de combustível, peças, filtros e cabos para manutenção das embarcações. O método de custeio dos estoques é o PEPS (Primeiro que entra e Primeiro que sai) e está alinhado com o que é praticado pelo Grupo econômico do qual faz parte. g. **Imobilização: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos, quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais, mão de obra direta, quaisquer outros custos para transporte do ativo para o local e demais condições necessárias para que eles sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, além dos juros e encargos financeiros incorridos nos financiamentos atribuíveis à construção do ativo qualificável. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são incluídos no resultado operacional. (ii) **Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é incorporado ao valor contábil do bem ou reconhecido como item específico, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo contábil do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. (iii) **Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado, de acordo com as taxas descritas na nota explicativa nº 12, que levam em consideração a estimativa de vida útil econômica do bem. Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. h. **Ativos intangíveis: (i) Outros ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis compreendem os programas de computador (softwares). São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. (ii) **Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Custos associados ao desenvolvimento e manutenção desses softwares são reconhecidos no resultado quando incorridos. (iii) **Amortização:** Os softwares possuem vida útil definida e são amortizados no prazo de 05 (cinco) anos (nota nº 13). A vida útil estimada e os métodos de amortização são revistos no fim de cada exercício e o efeito de qualquer mudança na estimativa é contabilizado prospectivamente. i. **Instrumentos financeiros: (i) Classificação:** A Companhia classifica seus instrumentos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: Mensurados ao custo amortizado; Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). (ii) **Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento:** A Companhia determina a classificação dos seus instrumentos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do

resultado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (iii) **Ativos e passivos financeiros não derivativos - mensuração: Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são mensurados ao valor justo por meio do resultado com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. **Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado:** Os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, são mantidos pela Companhia para gerar fluxos de caixas contratuais decorrentes do valor principal e juros, quando aplicável aos ativos financeiros, menos qualquer redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os passivos financeiros não derivativos da Companhia estavam representados por fornecedores, contas a pagar para partes relacionadas, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar. (iv) **Impairment:** A Companhia avalia o impairment para as contas a receber de clientes, com uma abordagem simplificada, conforme permitida pelo CPC 48, com base em premissas sobre o risco de inadimplência, histórico de recebimentos, condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. (v) **Capital Social: Ações ordinárias:** O capital social da Companhia é dividido em ações ordinárias e sem valor nominal. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definidos em estatuto, quando aplicáveis, são reconhecidos como passivo. j. **Redução ao valor recuperável ("impairment"):** (i) **Ativos financeiros:** Os ativos financeiros classificados como "custo amortizado" são avaliados a cada data de apresentação, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável após o seu reconhecimento inicial, e que tal evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados do ativo, que possam ser estimados de uma maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado, é calculada pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta retificadora do contas a receber, conforme nota explicativa nº 6, assim como a respectiva abertura na nota explicativa nº 25. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido a Companhia em condições que a ela não aceitaria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. (ii) **Ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros da Companhia estão representados por estoques, investimentos, ativo imobilizado e ativo intangível. Os valores contábeis do ativo imobilizado e ativo intangível são revistos ao final de cada exercício para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas identificadas de valor são reconhecidas no resultado. k. **Provisão:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar essa obrigação. A administração, apoiada na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos em andamento. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados, a uma taxa antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado, quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa no resultado. l. **Arrendamentos:** No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento. O CPC 06 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. O arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A nova norma substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICRPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Dessa forma, com o CPC 06, a Companhia deixa de reconhecer custos e despesas operacionais oriundas de contratos de arrendamento mercantil operacionais e passa a reconhecer em sua demonstração de resultado: (i) os efeitos da depreciação dos direitos de uso dos ativos arrendados; e (ii) a despesa financeira e a variação cambial apuradas com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento mercantil. (i) **A Companhia como arrendatária:** Um arrendamento é definido como "um contrato, ou parte de um contrato, que transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período determinado em troca de contraprestação". Para aplicar esta definição, a Companhia avalia se o contrato atende a três avaliações principais, que são: • O contrato contém um ativo identificado, o qual pode ser tanto identificado explicitamente como implicitamente, sendo identificado no momento em que o mesmo é disponibilizado à Companhia; • A Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do ativo identificado durante o período de uso, considerando seus direitos dentro do escopo definido do contrato; • A Companhia tem o direito de direcionar o uso dos ativos identificados durante o período de uso. Ela avalia se tem o direito de direcionar como e para que finalidade o ativo deve ser utilizado durante todo o período de uso. (ii) **Pagamentos de arrendamentos:** Os pagamentos de arrendamentos são mensais. Alguns contratos preveem aumentos calculados nos principais indicadores econômicos. Despesas relacionadas a pagamentos de arrendamentos variáveis não são incluídas no passivo de arrendamento. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento, visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. (iii) **Determinação do prazo de arrendamentos:** O prazo de arrendamento é o período não cancelável do arrendamento juntamente com: (a) períodos cobertos por opção de prorrogar o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; (b) períodos cobertos por opção de rescindir o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de não terminar antecipadamente e o arrendador não puder rescindir antecipadamente. Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado ou não rescindido. m. **Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações derivadas de bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até um ano. Prazos superiores são apresentados como passivo não circulante. Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. n. **Empréstimos e financiamentos:** Os financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e são, subsequentemente, demonstrados pelo valor de custo amortizado. A metodologia do cálculo da taxa efetiva de juros segue as condições de cada contrato. As taxas e tributos pagos para contração do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, e são registrados na rubrica de despesas financeiras pela taxa efetiva de juros. A Administração controla mensalmente os saldos de cada dívida através de controles gerenciais, no qual atualiza os indicadores financeiros (taxas de juros) conforme acordado em cada contrato. Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante, exceto pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento das demonstrações financeiras.

As contas a receber de clientes e demais contas a receber são denominadas nas seguintes moedas:

	2023	2022
Reais	82.575	55.322
Dólares americanos	36.258	29.807
Euros	129	808
	118.962	85.936

A maturidade das contas a receber da Companhia está demonstrada na nota explicativa 25 - Risco de Crédito. a. **Retenções contratuais:** Alguns contratos com clientes constam cláusulas de cumprimento de obrigações de recolhimento de encargos de folha e retenção contratual. Após o término do contrato, mediante a comprovação dos pagamentos, os valores retidos pelo tomador são restituídos. O montante registrado em "Retenções Contratuais" em 2023 é de R\$ 13.135 (R\$ 13.087 em 2022).

7 **Estoques:**

	2023	2022
Combustível	16.426	11.149
Peças consumíveis / reposição (a)	6.912	4.962
Cabos de rebouque	1.587	1.098
Filtros	1.937	-
	26.862	17.209

O custo dos estoques reconhecido no resultado, em "Custo das vendas", totalizou R\$ 87.291 (2022 - R\$ 69.184). (a) As peças consumíveis e de reposição não alteram a vida útil do ativo e serão utilizadas na operação dentro do próximo exercício, não tendo, portanto, características de sobressalentes.

8 **Tributos a recuperar e diferidos:**

a. **Tributos a recuperar (Circulante):**

	2023	2022
IRRF	-	7
PIS & COFINS (a)	2	720
INSS a recuperar (b)	186	219
	188	946

(a) Os créditos de Programa de Integração Social - PIS e de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS referem-se, basicamente, aos montantes sobre insumos adquiridos e utilizados na prestação de serviços sendo compensado ao mês, havendo saldo a pagar. A segregação entre circulante e não circulante considera a compensação esperada durante o período. Referem-se aos créditos de COFINS e PIS sobre insumos utilizados na prestação de serviços; (b) Referem-se às retenções de INSS efetuadas na prestação de serviços.

b. **Tributos a recuperar (Não Circulante):**

	2023	2022
IRPJ e CSLL a recuperar (a)	610	169
PIS e COFINS a recuperar (b)	9.284	10.428
INSS - a recuperar	2.654	2.481
ISS	691	648
Outros impostos a recuperar	12	11
	13.251	13.737

(a) Refere-se ao saldo negativo de imposto de renda e csll após a exclusão dos juros SELIC, que serão atualizados mensalmente com base na SELIC e compensados com tributos federais até 31 de dezembro de 2025; (b) Referem-se ao saldo negativo de PIS e COFINS retido na fonte sobre os recebimentos de notas fiscais de serviços prestados, que serão atualizados mensalmente com base na SELIC e compensados com tributos federais até 31 de dezembro de 2025. A empresa revisa os impostos e contribuições que afetam os seus negócios, objetivando assegurar que os pagamentos sejam devidamente realizados. Os créditos fiscais são utilizados respeitando-se os prazos legais. Caso a Companhia não utilize os créditos tributários é solicitado o reembolso dos respectivos valores à Receita Federal do Brasil. c. **IRPJ e CSLL diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros calculados sobre as diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Efeito no Resultado 2023		Efeito no Resultado 2022	
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Ativo de imposto diferido				
Varição cambial não realizada	6.382	(25.557)	31.939	(19.240)
Ativo de arrendamento	34.065	(1.250)	35.315	35.315
Provisões de custos e gastos	9.780	2.428	7.352	2.386
Perdas de contas por cobrar	844	(149)	993	139
Amortização Ágio da empresa Incorporada	1.593	-	1.964	-
	52.664	(24.528)	77.563	18.600
Passivo de imposto diferido				
Ajuste nas taxas de depreciação (diferença de taxa de depreciação - ver NE nº 13.c)	(18.202)	(6.895)	(11.307)	(1.612)
Passivo de arrendamento	(32.963)	2.174	(35.137)	(35.137)
Diferido sobre ativos não monetários	(111.341)	47.699	(159.040)	37.215
	(162.506)	42.978	(205.484)	466
IR diferido líquido	(109.842)	18.450	(127.921)	19.066

9 **Outros ativos não financeiros**

	2023	2022
Adiantamentos a funcionários (a)	302	268
Adiantamentos a fornecedores (b)	19.287	5.086
Despesas antecipadas	2.369	1.638
	21.958	6.992

(a) Adiantamentos operacionais aos empregados, objetivando cobrir despesas de salários, férias, viagens (nacional e internacional) e para aquisições de materiais de uso e consumo da Companhia; (b) Adiantamentos para fornecedores de materiais de consumo e de prestação de serviços, principalmente referentes a processos de importação, docagem e manutenção maior. 10 **Depósitos judiciais:** A Companhia é parte (pelo passivo) em ações judiciais de natureza tributária e trabalhista, que foram propostas no curso normal dos negócios, e discute tais questões, tanto na esfera administrativa, como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais.

	2023	2022
Depósitos Trabalhistas (i)	534	957
Depósitos Tributários (ii)	2.337	2.293
	2.871	3.250

(i) Estes depósitos judiciais estão vinculados a ações em que a Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, horas extras, periculosidade e equiparação salarial; (ii) Em 31 de dezembro de 2023 a composição de depósitos judiciais de natureza tributária totalizava R\$ 2.337. A conciliação desse montante refere-se basicamente ao questionamento de ações que o ente fiscalizador atribuiu à SAAM, como uma hipotética sucessora de obrigações de terceiro. A ação está sendo monitorada e defendida por escritório de advocacia externo. 11 **Partes relacionadas:** Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas.

	Contas a Receber						Contas a Pagar/ Empréstimo					
	2023		2022		2023		2022		2023		2022	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa		
1. CSAV Austral S.A.	595	-	-	-	2.819	1.590	-	-	-	-	-	
2. Hapag-Lloyd AG	9.318	6.711	-	-	41.901	34.061	-	-	-	-	-	
3. SAAM S/A	-	-	494.124	21	-	-	11.339	3.319	-	-	-	
4. Giraldir	806	868	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
5. SAAM Towage Colombia S.A.	-	-	-	-	5.827	-	-	-	-	-	-	
6. SAAM Towage Uruguay	-	-	-	-	13.442	-	-	-	-	-	-	
	10.719	7.579	494.124	21	63.989	35.651	11.339	3.319	-	-	-	
Circulante	9.913	6.711	494.124	21	-	-	-	-	-	-	-	
Não Circulante	806	868	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	10.719	7.579	494.124	21	63.989	35.651	11.339	3.319	-	-	-	

1, 2 - Contas a receber da receita da prestação de serviços efetuados em condições normais de mercado; 3 - Reembolso de despesas / rateio corporativo / empréstimo; 4 - Reembolso de despesas; 5, 6 - Venda de imobilizado. Os montantes referentes a remuneração de pessoal-chave da administração compreendem:

	2023	2022
Benefícios de curto prazo (salários e bônus)	2.766	8.822

O valor a pagar de participação nos resultados dos empregados é reconhecido pelo regime de competência, e contabilizado como despesa. A determinação do montante é constituída nos termos do Acordo de Participação nos Lucros e Resultados, negociado anualmente com o sindicato da categoria, de acordo com a Lei nº 10.101/00, alterada pela Lei nº 12.832/13. Os valores normalmente são liquidados do ano posterior ao registro da obrigação.

Imobilizado	2023			2022		
	Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Saldo em 31/12/2023	Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Saldo em 31/12/2022
Embarcações	2.356.735	(731.586)	1.625.149	1.535.419	(727.692)	807.727
Docagem (a)	82.147	(40.154)	41.993	81.657	(52.589)	29.068
Manutenção maior	49.236	(41.403)	7.833	57.781	(47.528)	10.253
Propulsor	1.995	-	1.995	-	-	-
Equipamentos de comunicação	944	(382)	562	699	(266)	433
Móveis	1.569	(1.055)	514	1.482	(976)	506
Máquinas e equipamentos	5.161	(3.065)	2.096	4.492	(2.484)	2.008
Hardware	2.513	(1.176)	1.337	1.946	(412)	1.534
Benefitorias em imóveis de terceiros	3.466	(1.646)	1.820	3.517	(3.517)	-
Peças e sobressalentes	1.152	-	1.152	3.078	-	3.078
Outros	198	(63)	135	230	(63)	167
Imobilizado em andamento:						
Embarcações	513	-	513	809	-	809
Docagem	20.605	-	20.605	9.914	-	9.914
Manutenção maior	17.884	-	17.884	1.331	-	1.331
Benefitorias em imóveis de terceiros	155	-	155	31	-	31
	2.544.273	(820.530)	1.723.743	1.702.386	(835.527)	866.859



SAAM Towage Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 05.436.047/0001-16



me contrato de afretamento firmado com terceiro. O mesmo tem o objetivo de custear a docagem *pro-rata* de dois rebocadores ao período do contrato. Esse passivo representa um montante de R\$ 4.270,20. **Patrimônio líquido:** a. **Capital social:** O capital social da Companhia é representado por ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

(Em milhares de Reais)	2023		2022	
	Quantidade de ações	Valor % contábil	Quantidade de ações	Valor % contábil
Acionista:				
SAAM S.A.	641.600	69,23%	641.660	69,23%
SAAM Participações Ltda.	285.236	30,77%	285.236	30,77%
	926.896	100%	926.896	100%

b. Reservas de lucros: i. **Reserva legal:** Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, antes de qualquer outra destinação, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva legal atinge o seu limite máximo sobre o capital social no montante de R\$ 25.554. ii. **Reserva especial:** Conforme previsto nos parágrafos 4 e 5 do artigo 202 da Lei das S.A., essa reserva é constituída quando a pessoa jurídica não possui condições financeiras para realizar o pagamento dos dividendos obrigatórios. Sendo assim, o valor apurado é lançado nesta reserva, para que futuramente quando a situação financeira da pessoa jurídica se estabilize, ela possa realizar os pagamentos aos acionistas, desde que a Companhia não apure prejuízos futuros, que devem absorver os valores desta reserva, antes do pagamento dos dividendos. Além do objetivo acima, nessa reserva também constam valores apurados pela diferença entre o resultado societário para o convertido para a moeda de apresentação. Diferença essa não considerada para fins de pagamento de dividendos e compensação de prejuízos determinados pelo resultado local. Em 2023 essa diferença de resultados foi absorvida pela apuração do imposto diferido sobre ativos não monetários no valor de R\$ 135.528. Em 31 de dezembro de 2023 a reserva registra o montante de R\$ 2.798 (R\$ 136.326 em 2022). iii. **Reserva de retenção de lucros:** Destinada para aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital da Companhia. Em 2011 registrava o montante de R\$ 1.320 referente a 50% do lucro líquido ajustado referente ao exercício de 2010, e após a incorporação da SMIT International do Brasil Ltda., 50% desse montante foi absorvido, restando o valor de R\$ 660. iv. **Reserva estatutária:** Constituída por determinação do estatuto social da companhia com finalidade de (a) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do artigo 196 da Lei das Companhias por Ações; e (b) reforçar o capital de giro; podendo ainda (c) ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações da Companhia, sendo que a Assembleia Geral poderá deliberar sua dispensa na hipótese de pagamento de dividendos adicionais ao dividendo mínimo obrigatório, conforme artigo 25. Em 31 de dezembro de 2023 a reserva registra o montante de R\$ 208.776 (R\$ 156.820 em 2022). c. **Reserva de capital:** Em 2011 registrava o ágio gerado na emissão de ações no montante de R\$ 7.946. Em 2012, após uma incorporação reversa, 50% desse valor foi absorvido, restando o montante de R\$ 3.973. Adicionalmente essa incorporação também gerou o reconhecimento do Diferido de um novo ágio no valor de R\$ 9.854. Em 2023 foi realizado um total de R\$ 371 (R\$371 em 2022), referente ao ágio da incorporação, resultando um saldo de R\$ 1.593. d. **Remuneração aos acionistas:** O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro

líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, e **Dividendos propostos e dividendos adicionais propostos:** De acordo com o Estatuto Social da Companhia é garantido aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 50% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos da lei das Companhias por Ações. A Companhia pode efetuar outras distribuições, na medida em que existirem lucros e reservas disponíveis. Todas as distribuições acima mencionadas poderão ser realizadas sob a forma de dividendos ou como juros sobre capital próprio, dedutíveis do imposto de renda. A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. No decorrer de 2023 a Companhia efetuou pagamentos de dividendos no montante de R\$ 81.682. No exercício de 2023, a Companhia efetuou a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no percentual de 50% aos seus acionistas, no valor de R\$ 75.266.883,18, considerando o resultado local apurado de R\$ 150.533.766,35 resultado para fins fiscais com base na legislação comercial, sem os efeitos da conversão. A parcela proposta pelos órgãos da administração que excede ao mínimo obrigatório será mantida no patrimônio líquido, em conta específica, classificada como "Dividendo adicional proposto", conforme previsto pelo ICPC 08, até a deliberação definitiva que vier a ser tomada pelos sócios. Essa parcela representa um montante de R\$ 75.266.883,17. f. **Ajustes acumulados de conversão:** A conta ajustes acumulados de conversão representa os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis. É importante salientar que esta conta não é uma reserva. Ela pode apresentar saldo positivo ou negativo. g. **Lucro por ação:** Resultado por ação - básico: O resultado por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada das ações em circulação no exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído:

	2023	2022
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	151.165	158.112
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	926.896	926.896
Resultado básico por ação	0,16	0,17

A Companhia não emitiu e/ou outorgou instrumentos patrimoniais que devem ser considerados para fins de cálculo do resultado por ação diluído, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 41. Desta forma, o resultado por ação diluído não apresenta diferença em relação ao cálculo do resultado por ação básico demonstrado acima. **21 Receita operacional líquida:** Durante o exercício de 2023 e 2022 a Companhia realizou além dos serviços de apoio portuário (atracação e desatracação de navios), alguns serviços especiais, como: atendimento na movimentação de embarcações, que contribuíram para um crescimento do seu faturamento.

	2023	2022
Receita operacional bruta	119.223	79.028
Afretamento	700.004	587.476
Serviços prestados	819.227	666.504
Deduções	(50.929)	(42.912)
Impostos sobre as vendas	(32.766)	(17.498)
Devoluções e abatimentos		
Receita operacional líquida	735.532	606.094

cumprimento de cláusulas contratuais e o cumprimento de metas internas, conforme o plano estratégico da Companhia. Além disso, a Companhia mantém linhas de crédito com as principais instituições financeiras que atuam no Brasil.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Financiamentos (valor nominal)	606.620	96.207	242.215	293.484
Fornecedores	46.223	-	-	-
Empréstimos e Contas a Pagar com Partes Relacionadas	494.214	-	-	-
Dividendos	75.267	-	-	-
	1.222.324	96.207	242.215	293.484

Risco de câmbio: Os fluxos de caixa operacionais estão sujeitos à variação de moeda, tendo em vista, que estão parte denominados em Real (moeda local) e parte em dólar norte-americano (moeda funcional). A Companhia possui contratos de dívidas e saldos de caixa e equivalentes de caixa atrelados ao dólar norte-americano e ao Real. Em termos gerais, para o fluxo de caixa operacional, a Companhia procura neutralizar o risco cambial através de ativos (contas a receber) e passivos (pagamentos) correspondentes. Além disso, a Companhia busca gerar um excedente de caixa operacional nas duas moedas, com maior concentração no dólar norte-americano. **Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco. A maioria dos empréstimos da Companhia é vinculada a taxas fixas. Parte do empréstimo do BNDES e Caterpillar está exposta a taxa flutuante T.JLP (Taxa de juros de longo prazo).

Entidade credora	Total da dívida	Taxa de juros	Taxa efetiva	Custo financeiro do período
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	6.621	T.JLP + 3,70%	10,25%	785
Caterpillar Financial S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	313	T.JLP + 3,80%	10,35%	59
Total de passivos financeiros a taxa variável	6.934	-	-	844
Total de passivos financeiros (Nota 14)	1.125.624	-	-	-
Proporção de passivos financeiros a taxa variável	0,62%	-	-	-

Entidade credora	Total da dívida	Taxa de juros	Taxa efetiva	Custo financeiro do período
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	8.608	T.JLP + 3,70%	8,79%	980
Caterpillar Financial S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	952	T.JLP + 3,80%	8,89%	119
Total de passivos financeiros a taxa variável	9.560	-	-	1.099
Total de passivos financeiros (Nota 14)	336.393	-	-	-
Proporção de passivos financeiros a taxa variável	2,84%	-	-	-

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira: A análise de sensibilidade apresentada nos quadros seguintes, estima os impactos da desvalorização do real frente ao dólar norte-americano, com base na posição em 31 de dezembro de 2023. A Companhia procurou simular três cenários distintos por um período projetado de doze meses, com ênfase na variável de risco identificada, tendo como cenário mais provável (Cenário I). Além disso, outros dois cenários foram elaborados: um possível (Cenário II), com variação de 25%, e outro remoto (Cenário III), com variação de 50%.

	Cenários			
	2023	Provável (25%)	Remoto (50%)	
2023	4.841,3	4,92	6,15	7,38

	Cenários			
	2023	Provável (25%)	Remoto (50%)	
Caixa e equivalentes de caixa lastreados em moeda estrangeira	5.909	(98)	(1.600)	(3.102)
Caixa e equivalentes de caixa lastreados ao dólar norte-americano	86.258	1.402	23.317	45.231
Depósitos vinculados em moeda estrangeira	4.947	(81)	(1.338)	(2.595)
Contas a receber de clientes e outros recebíveis lastreados em moeda estrangeira	61.889	(1.008)	(16.733)	(32.457)
Contas a receber de clientes e outros recebíveis lastreados ao dólar norte-americano	47.160	766	12.747	24.729
Contas a receber de partes relacionadas lastreadas em moeda estrangeira	9.913	(163)	(2.682)	(5.201)
Contas a receber de partes relacionadas lastreadas ao dólar norte-americano	806	11	215	419
Outros créditos lastreados em moeda estrangeira	13.135	213	3.550	6.887
	230.017	1.042	17.476	33.911

	Cenários			
	2023	Provável (25%)	Remoto (50%)	
Financiamentos lastreados em moeda estrangeira	6.934	111	1.873	3.634
Financiamentos lastreados ao dólar norte-americano	626.181	10.177	169.266	328.356
Empréstimo de parte relacionada lastreado ao dólar norte-americano	492.509	8.008	133.137	258.266
Contas a pagar lastreadas em moeda estrangeira	123.757	2.013	33.455	64.898
Contas a pagar lastreadas ao dólar norte-americano	329	6	89	173
Passivo de arrendamento lastreado em moeda estrangeira	51.636	841	13.960	27.079
Passivo de arrendamento lastreado ao dólar norte-americano	48.556	792	13.129	25.465
Contas a pagar de partes relacionadas lastreadas ao dólar norte-americano	1.705	27	460	893
	1.351.607	21.975	365.369	708.764

(i) Fonte de informação: Relatório Focus BACEN de 19/01/2024 - dezembro 23. **26 Cobertura de seguros:** Em 31 de dezembro de 2023 a cobertura de seguros da Companhia contra riscos operacionais era composto conforme demonstrado abaixo:

Cobertura Básica	1.695.837
Guerras e greves	2.129.672
	3.825.509

Os contratos são todos em dólares e os valores acima apresentados foram convertidos pela taxa de dólar de 31 de dezembro de 2023, na cotação de R\$ 4,8413. Adicionalmente a Companhia mantém cobertura adicional através de um clube de "Protection & Indemnity - P&I". A suficiência da cobertura não foi objeto de auditoria pelos auditores independentes. **27 Eventos subsequentes:** Entre 1 de janeiro de 2024 e a data de emissão destas Demonstrações Financeiras, não ocorreram eventos significativos de natureza financeira ou outra que possam afetar a sua adequada apresentação e/ou interpretação.

Composição do Conselho de Administração	
	Heman Gomez Cisternas
	Rafael Ignácio Ferreira Moreira
	Macário Valdés Raczynski
Composição da Diretoria	
	Renata de Albuquerque Ervilha - Diretora Presidente
	Luis Fernando Rodrigues Pinto de Assis - Diretor Financeiro
	Giancarlo Jacomini - Contador - CRC RJ-110640/O-7

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras
Aos Administradores e Acionistas SAAM Towage Brasil S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da SAAM Towage Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SAAM Towage Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para a opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam

Natureza	2023			2022		
	Custos dos Serviços Prestados	Despesas Administrativas e Gerais	Total	Custos dos Serviços Prestados	Despesas Administrativas e Gerais	Total
Pessoal	(133.256)	(44.033)	(177.289)	(103.275)	(35.705)	(138.980)
Frete	(1.689)	(57)	(1.746)	(1.178)	(34)	(1.212)
Serviços Contratados	(74.275)	(12.691)	(86.966)	(69.298)	(13.524)	(82.822)
Material Manutenção/Reparo e Afins	(26.559)	(1.821)	(28.380)	(25.386)	(1.185)	(26.571)
Estoque	(87.291)	-	(87.291)	(69.184)	-	(69.184)
Aluguel de Equipamentos e outros	(2.596)	(1.489)	(4.085)	(1.852)	(681)	(2.533)
Viagem	(3.096)	(2.462)	(5.558)	(1.826)	(1.787)	(3.613)
Seguros	(6.930)	(106)	(7.036)	(6.596)	(75)	(6.671)
Depreciação e amortização	(82.751)	(901)	(83.652)	(46.504)	(574)	(47.078)
Amortização direito de uso (a)	(18.324)	(1.786)	(20.110)	(15.172)	(2.111)	(17.283)
Crédito de PIS e COF sobre depreciação, amortização e amortização direito de uso	1.319	-	1.319	1.453	-	1.453
PCLD	-	437	437	-	(410)	(410)
Provisões e Reversões	(2.773)	(1.762)	(4.535)	(8.860)	285	(8.575)
Impostos, Registros e Taxas	(1.358)	(351)	(1.709)	(931)	(196)	(1.127)
Associações e Sindicatos	(1.032)	(67)	(1.099)	(862)	(56)	(918)
Assinaturas, Licenças e Telecomunicações	(612)	(886)	(1.498)	(691)	(726)	(1.417)
Outras	(14)	(1.240)	(1.254)	(16)	(896)	(902)
	(441.237)	(69.215)	(510.452)	(350.128)	(57.675)	(407.803)

	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Embarcação - terceiros	(17.699)	(13.483)		
Imóveis	(3.451)	(3.487)		
Veículos	(355)	(432)		
	(21.505)	(17.402)		
Crédito de PIS e COFINS	(1395)	(119)		
	(20.110)	(17.283)		

23 Resultado financeiro	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Despesa financeira				
Juros sobre empréstimos	(41.438)	(13.857)		
Descontos concedidos	(3.493)	(3.378)		
Multas e Penalidades	(367)	(35)		
Variações cambiais, líquidas	(14.300)	(35)		
Impostos sobre receita financeira	(1.943)	(1.660)		
Juros sobre arrendamento	(3.720)	(1.190)		
Impostos sobre empréstimos	(2.866)	-		
Comissões e taxas financeiras	(1.830)	(642)		
Outros	(377)	(384)		
	(70.334)	(21.146)		
Receitas financeiras				
Juros obtidos e Juros sobre aplicações financeiras	9.688	3.818		
Descontos obtidos	35	39		
Variações cambiais líquidas	-	2.442		
Outros	4	2		
	9.727	6.301		
	(60.607)	(14.845)		

24 Imposto de renda e contribuição social:	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Lucro com efeito da diferença de câmbio e antes do IR e da CS	179.006	188.076		
Alíquota fiscal nominal	34%	34%		
Imposto de renda e contribuição social:				
Pela alíquota fiscal combinada	(60.862)	(63.946)		
Efeito do IR e CS sobre adições e exclusões ao lucro contábil:				
Adições permanentes	(580)	(7.246)		
Exclusões permanentes	1.437	8.522		
Diferenças temporárias dedutíveis	48.167	37.394		
Efeito dos ajustes na conversão	(16.003)	(4.688)		
IR e CS no resultado do exercício	(27.841)	(29.964)		
Alíquota efetiva	15,55%	15,93%		
IR e CS correntes	(46.291)	(49.030)		
IR e CS diferidos (Nota 8c)	18.450	19.066		
	(27.841)	(29.964)		

25 Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, no qual a administração destes é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas, versus condições vigentes no mercado. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro abaixo:

Instrumentos financeiros	Classificação	Valor justo		Valor contábil	
		2023	2022	2023	2022
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa	Custo	92.167	215.130	92.167	215.130
	amortizado				
Depósitos Vinculados	Custo	4.947	4.431	4.947	4.431
	amortizado				